

# Acção Socialista



N.º 1347 14 Abril 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTA A RUI PEREIRA, MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

## “Governo atribui importância crucial à segurança dos cidadãos”



A tendência de decréscimo do aumento da criminalidade que se verifica desde há quatro anos “é positiva e serve de estímulo para fazermos tudo o que estiver ao nosso alcance no sentido de a aprofundar nos próximos anos”, sustenta o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, sublinhando que os concursos já desencadeados para admitir mais dois mil agentes na PSP e GNR, constitui “um sinal inequívoco” da importância que o Governo atribui à segurança dos cidadãos. E refere, a propósito, que no âmbito do MAI, o Orçamento registou “um aumento de cerca de 13%, ultrapassando, pela primeira

vez, o patamar dos 2000 milhões de euros”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o governante destaca, por outro lado, os resultados obtidos na área da prevenção e segurança rodoviária, onde se verificou em 2009 o número mais baixo de mortos e feridos graves nas últimas décadas, um facto que, frisou, mereceu uma distinção ao nosso país por parte da União Europeia. Rui Pereira refere ainda a “notável” resposta a todos os níveis do sistema de protecção civil perante as recentes intempéries que assolaram o país. “O socorro prestado às populações foi rápido e eficaz”, afirma.

Págs. 8 a 10

Debate quinzenal

### PM anunciou criação de fundo de apoio à internacionalização e exportação

Pág. 7

“Encontros do Estoril”  
Governo promove economia digital



Pág. 2

InovCity

### Aposta nas renováveis veio para ficar



Pág. 3

Iniciativa

### PS/Algarve debateu estatuto do aluno e ensino profissional



Pág. 14

Opinião  
Rui Pedro Barreiro,  
Fernando Montenegro,  
Ascenso Simões

SUPLEMENTOS



## OPINIÃO



**RUI PEDRO BARREIRO**  
Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

*É necessário aprofundar o debate sobre os serviços ambientais que as florestas prestam à sociedade e dos quais o sequestro de carbono na perspectiva da mitigação das alterações climáticas é apenas uma das vertentes*

## A FLORESTA – UMA PRIORIDADE DA ACÇÃO GOVERNATIVA

AO ESCREVER este texto para o “Acção Socialista”, tenho como ponto de partida o conjunto de iniciativas que o Ministério realizou durante o mês de Março, que consagramos como o “Mês das Florestas” e que teve o seu ponto alto na Lousã, palco das Comemorações Oficiais do Dia Mundial da Floresta.

Foi um mês de grande actividade, em que percorri milhares de quilómetros em prol da promoção do sector florestal. Com as iniciativas do “Mês das Florestas” quisemos abordar assuntos que consideramos fundamentais para o relançamento do sector florestal em Portugal: a recuperação da fileira da cortiça, a importância da gestão activa da floresta quer para o aumento da competitividade do sector quer para o controlo do declínio dos povoamentos, o futuro dos territórios comunitários, a aposta na certificação florestal e o papel decisivo da floresta no combate à desertificação.

Como pude constatar no Baixo Guadiana, em pleno Nordeste Algarvio, a floresta é decisiva para a conservação do solo e assim promover o combate ao avanço da desertificação que se faz sentir nesta região. Mas este é apenas um dos papéis da multiplicidade de usos da floresta mediterrânica do Sul do país. O suporte da actividade cinegética, a produção de cogumelos silvestres ou de plantas aromáticas são alguns exemplos de usos que os espaços florestais do Sul do país podem proporcionar para gerar riqueza e, deste modo, contribuir para a criação de emprego e fixação de população nesses territórios.

Mas falar na floresta é também falar em biodiversidade e em bosques autóctones. Foi com essa preocupação que o Salão Nobre da Secretaria de Estado foi o palco para a assinatura dos protocolos da segunda fase do projecto “Green Cork/Criar Bosques” da Quercus. Em 2010, quando se celebra o Ano Internacional da Biodiversidade, também queremos dar o nosso contributo para a promoção da floresta autóctone em Portugal. E este foi apenas o primeiro passo...

A grande aposta do Governo centra-se na certificação florestal. Uma aposta determinante para a internacionalização do sector florestal. Actualmente, apenas 220 mil hectares de floresta estão certificados em Portugal. Queremos duplicar este número até ao final de 2013. Também queremos dar o exemplo e certificar as florestas públicas. A entrega formal do certificado de gestão florestal dos “Bosques da Lousã”, no passado dia 21 de Março, foi o início desse desafio que se coloca aos Serviços Florestais.

Acreditamos que a floresta tem potencial para crescer 15 a 20% nos próximos cinco anos, ou seja, passar de 3,1% para 3,6% do PIB e assim contribuir para a retoma da nossa economia. Contudo, para o Ministério da Agricultura a floresta é muito mais. É um importante pilar na estratégia de desenvolvimento rural.

Foi com essa certeza que a Autoridade Florestal Nacional organizou no CNEMA (Santarém), um debate sobre as boas práticas de gestão e exploração florestal, bem como foi ciente dessa importância que participei num debate em Cabeceiras de Basto sobre o futuro dos territórios comunitários, vulgo Baldios que correspondem a cerca de 500 mil ha de espaços florestais nas nossas serranias. Estas são duas áreas decisivas para melhorar a competitividade do sector florestal e aumentar a riqueza gerada pela floresta.

Mas, também queremos interagir com a sociedade portuguesa e foi com esse propósito que encerrámos o “Mês das Florestas” com a assinatura do protocolo de colaboração entre a Autoridade Florestal Nacional e o Instituto Português da Juventude e que irá permitir concretizar o “Programa de Voluntariado Jovem para as Florestas” e levar mais de sete mil jovens às nossas florestas em acções de sensibilização e educação ambiental.

A floresta está no topo da agenda política nacional e europeia. No início de Abril, no âmbito da presidência espanhola da UE, os peritos europeus discutiram o papel da floresta europeia na mitigação das alterações climáticas. Portugal, ao apresentar uma das mais elevadas taxas de arborização da Europa – 37%, teve uma participação activa neste fórum europeu, tendo enfatizado a importância da Gestão Florestal Sustentável para a protecção das florestas na Europa.

É necessário aprofundar o debate sobre os serviços ambientais que as florestas prestam à sociedade e dos quais o sequestro de carbono na perspectiva da mitigação das alterações climáticas é apenas uma das vertentes. Um outro desafio que se coloca ao Ministério é a realização do cadastro das áreas florestais. Uma tarefa que se reveste de grande complexidade, mas que é fundamental para a concretização da política florestal e sobre o qual daremos conta numa próxima edição do “Acção Socialista”.

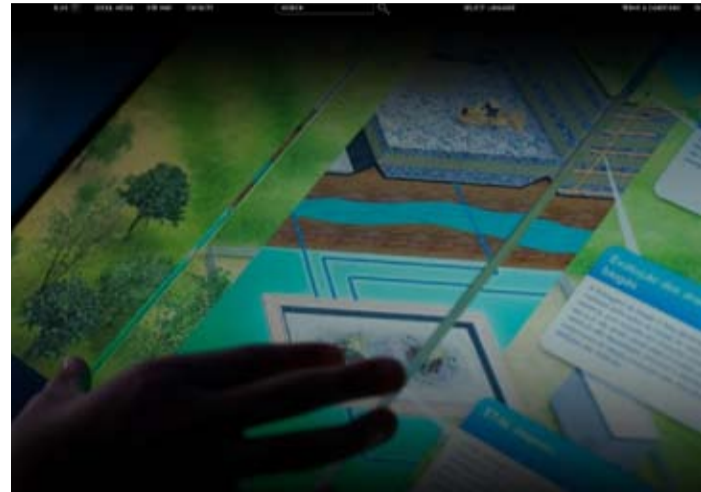
## Sócrates junta mais de 40 empresas Apoios à internacionalização da economia digital portuguesa

A ÁREA das tecnologias de informação e comunicação “tem um papel crescente e muito importante” no crescimento da economia e na melhoria das condições de vida das pessoas, afirmou, José Sócrates, no final de uma reunião, no passado domingo, no Estoril, com empresas do sector, com o objectivo de estreitar relações e definir rumos para a internacionalização da economia digital portuguesa.

O sector da economia digital se desenvolveu-se muito nos últimos cinco anos e, nas palavras do primeiro-ministro, “Portugal é hoje líder no governo electrónico” quando “em 2005 ocupava o 16.º lugar”, adiantando que o país tem hoje “uma balança tecnológica positiva”, ou seja, frisou, “exporta mais tecnologia que aquela que importa”.

A reunião, promovida pelo primeiro-ministro, na qual participaram mais de 40 empresas, incluindo operadores de telecomunicações, produtores de conteúdos e de hardware e software, entre as quais a Sonacom, Vodafone, PT Inovação, Alcatel-Lucent, Nokia Siemens, Intel, Novabase, YDreams, Brisa Inovação, JP Sá Couto, Porto Editora e LeYa, permitiu, segundo José Sócrates, “identificar uma estratégia que permite dar uma nova ambição quer aos projectos da administração, quer também aos instrumentos de política”.

O chefe do Governo referiu



que aqueles instrumentos, ao nível do financiamento, apoios e internacionalização, vão ser agora desenvolvidos e adaptados em concreto a este sector.

A próxima sessão dos “Encontros do Estoril”, que têm como objectivo promover a concertação entre o Estado e as empresas, bem como a internacionalização da economia portuguesa, será sobre o sector da energia.

Já o secretário de Estado adjunto das Obras Públicas e das Comunicações, Paulo Campos, disse que os “Encontros do Estoril” visam “estabelecer e aprofundar a relação entre as empresas” e a sua “interacção com o Governo, por forma a encontrar pontos de convergência para os caminhos futuros” da internacionalização.

“Acreditamos que Portugal tem mais competência e mais capacidades para poder inter-

nacionalizar as empresas que trabalham” no país e “também aproveitar o esforço de algumas multinacionais nesta interacção com as empresas portuguesas para desenvolver novos produtos que consigam colocar Portugal neste mercado internacional”, frisou.

Paulo Campos sublinhou que, nos últimos anos, tem-se assistido em Portugal a um “forte impulso e crescimento” no sector da economia digital, devido não só ao “esforço” das empresas, mas também a um “conjunto de opções do Governo”, nomeadamente no plano tecnológico e nas comunicações.

A este propósito, o secretário de Estado salientou o “potencial de crescimento” de Portugal além-fronteiras nas tecnologias de educação, saúde, modernização administrativa e na mobilidade e nos transportes.

## Tribunal Constitucional aprova casamento entre pessoas do mesmo sexo

O DIPLOMA sobre casamentos entre pessoas do mesmo sexo não enferma de inconstitucionalidades, pelo que está aberta a possibilidade de se poderem celebrar em Portugal casamentos homossexuais já a partir do próximo Verão. Depois do Tribunal Constitucional (TC) se ter pronunciado favoravelmente, falta agora para concluir o processo legislativo apenas a assinatura ou o veto do Presidente da República (PR), dispondo Cavaco Silva de 20 dias para o fazer.

Para o deputado e vice-presidente da bancada socialista Sérgio Sousa Pinto, é desejável que o PR “promulgue este diploma com a brevidade possível” para que esta importante “evolução legislativa” entre tão depressa quanto possível no ordenamento jurídico português.

Sobre a decisão do TC em dar “luz verde” a este diploma sobre o casamento homossexual, o deputado do PS referiu tratar-se de uma deliberação na linha do que vinha sendo a posição do Partido Socialista de que o casamento entre pessoas do mesmo sexo não põe em crise nem tão-pouco abala os alicerces e as “ideias da família como elemento fundamental da sociedade”.

Também o Governo se pronunciou sobre esta matéria tendo o ministro dos Assuntos Parlamentares começado por recordar que o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo era uma questão que estava prevista no programa do Governo, afirmado que o país, depois desta aprovação pelo TC, deu “mais um passo de civilização”.

Lacão disse encarar a de-

cisão do TC “com a maior satisfação”, até porque veio ao encontro “daquilo que o Governo sempre afirmou quanto à importância de colocarmos a nossa ordem jurídica em linha com os próprios princípios consignados na Constituição”.

Quanto à adopção de crianças por casais homossexuais, o ministro dos Assuntos Parlamentares admitiu que de futuro o debate possa ser aberto, afastando contudo a possibilidade de evoluções nesse domínio a curto prazo.

A proposta de lei que legaliza o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo foi aprovada pelo Parlamento em votação final global no passado dia 11 de Fevereiro, com os votos favoráveis do PS, BE, PCP e Verdes, e ainda com a abstenção de seis deputados do PSD. **R.S.A**

InovCity

# Aposta nas renováveis veio para ficar

“A APOSTA do Governo nas energias renováveis veio para ficar”, reafirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, sublinhando que, só na área eólica, o país já tem uma capacidade instalada “superior” à que permitiria uma central nuclear.

José Sócrates falava, no dia 6, em Évora, na sessão de apresentação do InovCity, um projecto-piloto no qual serão instalados, naquela cidade alentejana, 31 mil contadores de electricidade inteligentes e mais de 300 centros de comunicação nos postos de transformação locais, prevendo-se até 2020 o seu alargamento a todo o país. Com um investimento que ronda os 15 milhões de euros, a cidade do futuro já está em Portugal.

Segundo o primeiro-ministro, a estratégia do Governo de aposta nas energias renováveis tem sido concretizada sem ser “preciso nenhuma revolução”. Tratou-se “apenas”, frisou, de recorrer a energias “que estavam ali mesmo à mão”, o que “exigia empresas, mas deu emprego a muita gente”.

Esta opção, segundo Sócrates, “permitiu que, hoje, Portugal fizesse aerogeradores e as torres eólicas, que antes importava e que agora fabrica e, o que é curioso, está até a exportá-las”.

No sector da energia, além das mudanças que estão a ocorrer a nível mundial, é “vibrante também em Portugal”, disse o primeiro-ministro, que salientou o facto de o país ter “uma estratégia e uma orientação clara”, mas também “as competências para aplicar essa estratégia”.

Por outro lado, Sócrates garantiu que a estratégia do Governo em termos energéticos vai continuar a avançar, com a construção das novas barragens, um investimento adiado durante “décadas”, o que foi “um erro”.

Por isso, disse, “este é o momento para corrigirmos esse erro e nos aproximarmos das taxas de utilização dos recursos hídricos próprias dos países europeus”, salientando que Portugal, no seio da Europa, “é um dos países que menos aproveitam os seus recursos hídricos”.

Segundo o chefe do Governo, a prioridade dada às renováveis está a permitir que, no país, surja “um novo ‘cluster’ industrial de grande intensidade de saber e capacidade”.

É salientado que “o desenvolvimento que fizemos na área da energia eólica, nestes últimos cinco anos, é extraordinário”, acrescentando que “já ultrapassámos a Dinamarca em termos de potência instalada. Isso é muito boa notícia,



## 31.300

É o número de contadores inteligentes que vão ser instalados, até ao final do ano, em casas e estabelecimentos de Évora

## Contadores inteligentes

Com a nova forma de distribuição e produção de electricidade que vai ser implementada em Évora e depois alargada a todo o país, os consumidores vão passar a ter facturas eléctricas com os valores reais e não com estimativas, já que os contadores inteligentes facturam ao segundo e funcionam como um gestor de energia doméstico, em que o utilizador percebe onde e quando gasta mais energia

mas devemos continuar nesse caminho”.

Apesar de haver “muito poucas certezas sobre qual a receita indicada para o crescimento económico”, Sócrates afirmou, no entanto, que “não há ninguém no mundo que duvide que umas das áreas que mais vai contribuir para o crescimento económico é a da energia”.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro falou ainda da rede de 16 postos de abastecimento para o carro eléctrico Mobi-e, que vai ser instalada em Évora, chamando a atenção para os benefícios ambientais e de qualidade de vida de uma cidade do futuro sem carros poluentes e sem ruído.

O Inov-City pretende estar implementado em todo o país em 2020, altura em que se prevê que cerca de cinco milhões de portugueses tenham contadores inteligentes. J.C.C.B.

## GOVERNO AFASTA OPÇÃO PELO NUCLEAR

A ENERGIA nuclear não é uma escolha para Portugal, garantiu em Évora o secretário de Estado da Energia e Inovação, Carlos Zorrinho, à margem da apresentação do projecto InovCity.

Zorrinho respondia assim aos jornalistas sobre um manifesto lançado por diversas personalidades defensoras da energia nuclear, sustentando que a política energética do Governo “é de modernidade e não do passado”.

Depois de saudar as principais personalidades envolvidas no lançamento desse manifesto e regozijando-se com o seu empenho em participarem num debate que se pretende “franco e aberto”, o secretário de Estado lembrou que alguns dos seus signatários já tiveram responsabilidades nestas áreas, tendo na altura, como acentuou, “posto as suas políticas em prática com os resultados que são visíveis”.

Recordou a propósito que foram muitas das opções então tomadas que contribuíram para colocar Portugal, no início deste século, como um dos países “mais dependentes da importação de combustíveis poluentes”, garantindo que a actual política energética do Governo responde de forma “mais correcta e eficaz” às principais premissas do desenvolvimento económico e de defesa do ambiente.

Políticas que estão a contribuir, como defendeu, para uma efectiva redução das emissões de gases poluentes, mas também a ajudar a equilibrar a balança de pagamentos e à criação de emprego, sendo portanto, em sua opinião, esta uma política “virada para a modernidade e não para as soluções do passado”. R.S.A.

# Mais investimento público significa melhor investimento privado

“OS INVESTIMENTOS públicos permitem alavancar o investimento privado e reforçar as exportações”, constituindo um sinal de confiança no futuro, defendeu o primeiro-ministro na cerimónia de inauguração do ramal ferroviário do Porto de Aveiro, equipamento que vai permitir movimentar 600 mil toneladas de mercadoria por ano.

Com esta inauguração, todos os portos nacionais passam a estar ligados à rede ferroviária, facto que, na opinião de José Sócrates, é da maior importância, uma vez que vai permitir oferecer às empresas exportadoras mais e melhores condições logísticas.

Acompanhado pelo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça, e do ex-ministro Mário Lino, Sócrates afirmou que o país não pode deixar de investir “e de acreditar no futuro”, recordando que este investimento público deverá servir também de estímulo para que o sector privado invista na economia, criando deste modo não só melhores sinergias para a sustentabilidade das empresas,



como ainda contribuir para que se crie um mais adequado dinamismo na economia.

O Estado não pode deixar de investir, “pois investir é acreditar no futuro”, disse o chefe do Governo, porque Portugal “não quer desistir do futuro”.

Com o arranque no novo ramal,

que tem cerca de nove quilómetros, as autoridades portuárias esperam agora concentrar no transporte ferroviário 15% do tráfego de mercadorias, que até agora era feito sobretudo por estrada, podendo mesmo chegar aos 40% com mercadorias transportadas até Espanha.

“Este é um investimento que já devia estar feito há muito”, defendeu, lamentando que o país tenha demorado “trinta anos a pensá-lo e apenas trinta meses a fazê-lo”.

As obras do novo ramal ferroviário do Porto de Aveiro, concluídas em Dezembro de 2009, representaram um investimento

de 72 milhões de euros, participados em 50% pelo Fundo de Coesão sendo as restantes verbas provenientes PIDDAC – Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central e da REFER.

Ainda em Aveiro e à margem desta cerimónia, o primeiro-ministro, perante um plateia repleta de jovens estagiários, exortou-os a terem confiança no futuro do país e na retoma da economia afirmando que o Governo vai continuar a apostar na Ciência e na qualificação dos cidadãos ao nível superior.

Depois de recordar que uma das suas primeiras medidas como governante foi criar o Inov-Jovem, um programa de inserção profissional de jovens em instituições da economia social, que abrangeu mais de 11 mil jovens, tendo 70% deles acabado por ser contratados pelas empresas onde estagiaram, o primeiro-ministro defendeu a necessidade de o país continuar a insistir nas qualificações superiores abrindo deste modo espaço, como realçou, para que possam surgir mais licenciados e doutorados. **R.S.A.**

## ESTÃO A AVANÇAR AS OBRAS DO IP2 E DO IC5

ATÉ ao final do corrente ano o IP2 deve estar concluído e em construção o IC5, duas obras que estão integradas na concessão rodoviária do Douro Interior. A garantia foi dada pelo primeiro-ministro em Celorico da Beira na visita às obras em curso.

O troço do IP2 terá uma dimensão de 272 quilómetros num investimento de 862 milhões de euros que inclui a concepção e exploração dos lanços do IP2, entre Valebenfeito e Celorico da Beira e do IC5 entre Pópulo (IP4) e Miranda do Douro, bem como a exploração do actual IP2 entre Macedo de Cavaleiros e Valebenfeito.

Depois de aludir ao facto de só recentemente o Tribunal de Contas ter dado o seu visto ao projecto, José Sócrates garantiu que com esta aprovação “ultrapassámos o último obstáculo e a última dificuldade” permitindo que se avance agora com mais este investimento que não representa só, como referiu, “um acto de justiça” para com o interior do país, mas que vai ajudar também à dinamização da economia, à animação do mercado de emprego e ao estímulo do crescimento económico.

O primeiro-ministro recordou depois que no mapa rodoviário nacional “duas regiões tinham ficado para trás”, referindo-se concretamente à região situada a norte do distrito da Guarda e a todo o distrito de Bragança.

Com o impulso dado às obras do IP2, sustentou, “iniciativa que não representa nenhum luxo”, o Governo pode agora avançar no sentido de se equipar esta região com “acessos modernos e contemporâneos” permitindo uma nova mobilidade às populações, e, simultaneamente, abrindo “condições iguais às que os outros portugueses já usufruem”.

Também o ministro dos Transportes e Obras Públicas, António Mendonça, que acompanhou o chefe do Executivo nesta visita se referiu à importância destas estruturas rodoviárias, sublinhando que este investimento para além de representar “um símbolo” do país que não desiste do seu futuro, cumpre também uma ajuda estrutural para a qualidade de vida das populações, não deixando igualmente de assumir um papel determinante no auxílio às empresas, nomeadamente através da realização de uma maior proximidade, já que o IP2 e o IC5 vão interligar 16 municípios região, contribuindo assim também para uma desejável e expectável diminuição das actuais taxas de sinistralidade. **R.S.A.**



## Portugal e Espanha em convergência sobre TGV

A REDE de alta velocidade entre Portugal e Espanha foi o tema dominante da reunião recentemente realizada em Madrid, entre os ministros das Obras Públicas António Mendonça e José Blanco, ocasião em que os governantes renovaram “o compromisso dos dois governos em estreitar as interconexões ferroviárias e rodoviárias ibéricas”, reiterando assim o compromisso na construção da linha Porto-Vigo.

Também no encontro que decorreu em Madrid, Portugal e Espanha acertaram os últimos pormenores relativos à construção da estação internacional de Caia.

Na reunião foram “definitivamente” fechados os aspectos relacionados com a localização, o financiamento, a jurisdição e as condições de construção e exploração da estação, e decidido que o tráfego de passageiros ficará do lado espanhol e a componente de mercadorias no lado português.

O concurso para a construção, bem como a futura exploração da estação internacional, ficará a cargo de uma sociedade conjunta formada pelos gestores da rede dos dois países, a portuguesa REFER e

a espanhola ADIF.

A redacção de todos os projectos das várias infra-estruturas será realizada pelo Agrupamento Europeu de Interesse Económico Alta Velocidade Espanha-Portugal.

Os ministérios dos Negócios Estrangeiros dos dois países vão agora avançar para a preparação de um acordo “que terá o nível de tratado internacional” e que deverá ser assinado, possivelmente, na primeira luso-espanhola prevista para Setembro, em Elvas.

António Mendonça declarou à Imprensa que a recente reunião de Madrid permitiu comprovar a “convergência de posições que existe entre os dois governos sobre assuntos comuns”, vincando a importância das conexões e particularmente da alta velocidade na integração económica, na coesão dos dois países e na ligação da península ibérica à rede europeia de transportes.

O governante português falava aos jornalistas numa conferência de Imprensa conjunta com o seu homólogo espanhol, o ministro do Fomento, José Blanco, para quem a reunião com Mendonça permitiu “constatar o compromisso inamo-



vível de ambos os executivos com as conexões transfronteiriças”, que nasce de uma “visão partilhada do papel das infra-estruturas de transporte como motor do desenvolvimento social e económico”.

“Partilhamos o mesmo pedaço de terra, o mesmo projecto europeu e uma mesma visão de futuro. Os dois Governos sabemos que a integração da península através da rede de alta velocidade é fundamental se queremos um futuro de progresso para ambos os países”, afirmou Blanco.

Por sua vez, António Mendonça recordou que o troço Poceirão-Caia já foi adjudicado, devendo o acordo construção ser assinado “no final de Abril ou início de Maio” e que o concurso para o troço Lisboa-Poceirão “está na primeira fase” de avaliação de propostas recebidas.

# Inaugurada primeira Loja de Exportação em Leiria



LEIRIA foi a capital de distrito escolhida pelo primeiro-ministro para abrir a primeira Loja de Exportação do país no dia 7, numa cerimónia em que insistiu na necessidade de se incentivar as empresas exportadoras na conquista de novos mercados.

“Precisamos de exportar serviços com mais valor acrescentado e mais tecnologia”, afirmou José Sócrates, acrescentando que “a Administração Pública quer estar o mais

próximo possível das empresas em tudo o que constitua o desafio da exportação, da internacionalização e da procura de mercados”.

Com a abertura da Loja de Exportação em Leiria, a primeira de 14 que abrirão por todo o país, o chefe do Governo afirmou que estão criadas condições para “servir melhor as empresas e promover, em conjunto, a internacionalização da economia”.

José Sócrates defendeu ainda

uma maior colaboração e concertação entre as empresas e o Estado para a internacionalização e relançamento da economia nacional, que, reiterou, deve centrar-se na exportação, diversificação de mercados externos e assentar na inovação e tecnologia.

O primeiro-ministro destacou ainda o facto de hoje Portugal já exportar mais tecnologia do que importa. “A balança tecnológica é positiva desde 2007”, disse.

## “Cluster” português da hotelaria à conquista de mercados externos

COM vista a promover as condições de competitividade que garantam a conquista de mercados internacionais, o Governo vai apoiar projectos de associação e concertação de empresas nacionais.

A intenção foi manifestada pelo primeiro ministro, José Sócrates, no dia 29, na sessão de apresentação pública da “hi.global” uma associação de oito empresas exportadoras a nível internacional de bens e serviços transaccionáveis que pretende aumentar a sua capacidade de penetração nos mercados externos no sector da hotelaria.

As oito empresas que constituem este “cluster” da indústria hoteleira são a Amorim Revestimentos, a Cifial, a Costa Verde, a Lasa, a Lusotufo, a Molaflex, a Recer e a Viriato, que, no seu conjunto, empregam três mil pessoas e facturam mais de 200 milhões de euros.

“Quero assegurar que terão os apoios do Estado e que o Estado será um vosso parceiro, porque este é um exemplo que deve ser seguido. Nós queremos fazer convosco uma cooperação estratégica para promover os bens e serviços



portugueses e que devem afirmar-se em todo o mundo”, disse José Sócrates.

Na sua intervenção, o primeiro ministro defendeu que “ainda há muito” a fazer no campo da diplomacia económica, que considerou “um trabalho sem fim”, frisando que esta é uma das prioridades da economia portuguesa.

Neste contexto, José Sócrates considerou “uma pedrada no charco” a constituição deste “cluster” de oito empresas nacionais para a conquista de mercados externos, referindo que esta concertação empresarial acaba com uma má

tradição de individualismo empresarial.

“Será mais fácil, mais simples a inserção na economia global e terá mais proveitos se as empresas forem capazes de se juntar e com as sinergias geradas fazerem um esforço conjunto de promoção internacional e procura de novos mercados”, sustentou.

Para José Sócrates, a constituição da “hi.global” deve assumir-se como uma “referência” e “incentivar” outros grupos económicos, em outras áreas da nossa indústria, “a fazerem um esforço semelhante, juntando-se numa única empresa que trate dedos assuntos de todos, para que os bens e serviços portugueses possam ser promovidos internacionalmente”.

Segundo o primeiro-ministro, “este ‘cluster’ vai competir numa das áreas mais exigentes e sofisticadas do mundo e, portanto, assume com clareza o desafio de avançar para mercados que impõem alto valor acrescentado, que permitam à economia portuguesa inserir-se melhor na economia global”.

## MINISTRA DO TRABALHO ANUNCIA CRIAÇÃO DO PROGRAMA INOV-INCLUSÃO

A CRIAÇÃO de um programa denominado Inov-Inclusão, que abrangerá cerca de 1500 jovens na área da mediação sociocultural, foi anunciada pela ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André, no dia 8, no final de um debate na Assembleia da República.

“No seguimento do lançamento recente dos programas Inov-Jovem e Inov-Social, especialmente dirigidos à contratação de jovens, será criado o Inov Inclusão, envolvendo 1500 jovens e dirigidos às entidades que operem no domínio da mediação sociocultural”, disse Helena André sublinhando que “este programa visa promover a inclusão e combater a pobreza”, disse.

Num debate marcado pelas fortes e contundentes críticas da governante à postura negativista e de bota-abaxo das bancadas do PCP e do BE, Helena André afirmou ainda que, no cumprimento do programa do Governo, até ao final da legislatura, “será criado um novo apoio público destinado às famílias trabalhadoras com filhos que tenham rendimentos inferiores ao limiar da pobreza”.

E adiantou que será também lançada “uma nova prestação dirigida às pessoas com deficiência”, depois de salientar a política do Governo no sentido de aumentar a fiscalização em torno dos beneficiários de prestações sociais.

Segundo a ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, “os anos que se aproximam exigem de todos uma elevada sensibilidade social, mas também o reforço do rigor na gestão dos recursos públicos”, e, por isso, referiu, “estamos a trabalhar na melhoria dos processos de cruzamento de dados e de verificação da condição de recursos para acesso às prestações não contributivas”.



## DEPUTADOS DO PS QUEREM MAIOR REDUÇÃO NOS GASTOS DO ESTADO EM ENERGIA

UMA recomendação para obrigar o Estado a criar uma lei que imponha à Administração Pública no seu conjunto a divulgação de quanto gasta em energia, visando, nomeadamente, a sua redução, vai ser apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Assinada pelos deputados socialistas Duarte Cordeiro, Jorge Seguro Sanches, Francisco Assis e António José Seguro, a recomendação visa fazer com que o Governo legisle no sentido de obrigar os organismos de Estado a comunicar de forma pública as facturas energéticas e a definir medidas de redução do consumo.

“O Estado é seguramente o maior consumidor energético em Portugal e tem por isso de haver uma maior fiscalização sobre o seu consumo, para que tenha um comportamento exemplar”, o deputado Duarte Cordeiro, acrescentando estar convicto de que “a proposta terá efeitos positivos para sensibilizar os agentes públicos para a necessidade de maior transparência no consumo energético”.

O texto da proposta recomenda ao Governo que em acordo com a Associação Nacional de Municípios e com os Governos Regionais dos Açores e da Madeira aprove legislação que obrigue à divulgação na Internet, para além dos consumos, planos de poupança energética definidos por ministério, por região autónoma e por município.

### Encorajar autarquias a poupar energia

A iniciativa visa também encorajar as autarquias a poupar energia, discriminando positivamente, na atribuição de financiamento estatal, os municípios que se comprometam com a implementação de planos de redução de consumo.

“O futuro passa pelas energias renováveis e por maior eficiência energética, mas também pela redução do consumo. O princípio da proposta é obrigar o Estado a ser um exemplo na redução do consumo energético e incentivar o Estado à redução”, frisou ainda Duarte Cordeiro.

A proposta tem como objectivo também obrigar os organismos do Estado a divulgar o consumo em percentagem do orçamento de funcionamento anual, a lista dos dez edifícios mais gastadores por cada agência estatal e ainda a avaliar as emissões de dióxido de carbono relativas ao consumo, com planos de compensação de emissões.



# Elza Pais em diversas iniciativas comemorativas do Dia da Mulher

PARA assinalar os 100 anos do Dia Internacional da Mulher, proposto por Clara Zetkin no II Congresso de Mulheres Socialistas em Copenhaga, a secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, participou durante o mês de Março num conjunto de iniciativas.

Uma comemoração histórica que, segundo Elza Pais, se justifica “para não deixar perder a memória colectiva sobre as mulheres que foram oprimidas e discriminadas”, mas também porque “no mundo inteiro continuam a existir situações de dependência económica, de pobreza e violência que afectam sobretudo as mulheres”.

Assim, no dia 8, numa sessão comemorativa organizada pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, na Fundação Calouste Gulbenkian, Elza Pais realçou a importância deste dia e o que ele simboliza em todo o mundo, ou seja, “a vontade de conseguir a igualdade entre mulheres e homens a todos os níveis da vida cívica, política, económica, social e cultural”.

A secretária de Estado da Igualdade alertou para a necessidade de se continuar a assinalar esta data, pois, frisou, “quase 70 % dos pobres no mundo são mulheres e apesar de representarem mais de metade da população mundial, somente 15% das mulheres têm assento nos parlamentos no mundo”.

Já Portugal, com a Lei da Paridade, sublinhou, “conquistou um lugar de referência ao nível da tomada de decisão política por parte das mulheres”. E adiantou



que, segundo dados da União Interparlamentar, Portugal surge em 31º lugar na classificação mundial de mulheres nos parlamentos nacionais.

Elza Pais referiu, ainda, que a nível mundial as mulheres enfrentam diferentes níveis de discriminação laboral. “Elas têm um acesso limitado ao mercado do trabalho, e o salário médio que recebem é inferior ao dos homens”, afirmou.

Esta sessão contou ainda com

## PRÉMIO “IGUALDADE É QUALIDADE”

ELZA Pais também esteve presente na entrega do prémio “Igualdade é qualidade” atribuído pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), que visa premiar as empresas e entidades com políticas exemplares na área da igualdade de género, nomeadamente no que concerne ao combate à discriminação e a promoção da igualdade entre mulheres e homens no trabalho no emprego e na formação profissional, bem como a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

a presença do ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, do ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento, Vieira da Silva, da secretária de Estado da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, e do secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Valter Lemos.

Já no dia 7 a secretária de Estado da Igualdade participou numa “Caminhada Feminista”, organizada em conjunto pelo Governo Civil de Viseu e Conselho de Administração do Hospital de Viseu.

Elza Pais juntou-se a cerca de duas centenas de mulheres e homens que juntos caminharam pelas ruas de Viseu numa manifestação pública contra a violência doméstica.

Ainda no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, esteve no dia 6 numa homenagem às mulheres das forças de segurança de Santarém, promovida pelo Governo Civil deste distrito. A sessão contou também com a presença da secretária de Estado da Administração Interna, Dalila Araújo, e com a governadora Civil de Santarém, Sónia Sanfona, bem como cerca de duas centenas de mulheres de todas as corporações de bombeiros do distrito, elementos da GNR e PSP e do SEF.

Para assinalar esta celebração foram simbolicamente homenageadas quatro mulheres com cargos de responsabilidade na protecção civil e forças de segurança no distrito de Santarém.

## Ministra da Cultura anuncia Portugal vai propor à UE documento sobre pirataria e direitos de autor

UM dossiê sobre combate à pirataria e defesa dos direitos de autor vai ser apresentado por Portugal em Maio, no próximo Conselho de Ministros da Cultura da União Europeia (UE), anunciou a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas.

No final do encontro informal dos ministros da Cultura da UE, que decorreu no dia 30 em Barcelona, no âmbito do I Fórum das Indústrias Culturais, Gabriela Canavilhas referiu que o documento que vai submeter aos seus homólogos europeus pretende prevenir e compensar os artistas, nomeadamente os da área da música, que têm sido os mais afectados pelo fenómeno da pirataria.

A par do combate à pirataria, no fórum de Barcelona esteve em debate o papel das indústrias criativas e culturais no espaço europeu e nesse aspecto “as conclusões foram inequívocas”, disse Gabriela Canavilhas.

É que, segundo sublinhou a ministra, “as indústrias criativas são, de facto, o motor



de arranque económico numa perspectiva de uma Europa única, assente em princípios de modernidade e desenvolvimento social a partir da cultura”.

Do encontro ministerial saiu ainda a decisão de incluir explicitamente a referência da Cultura na Estratégia 2020 como um dos motores económicos da Europa.

“A Agenda 2020, que vai ser aprovada no Parlamento Europeu em Junho, carece de referências à cultura como uma das bases económicas da Europa. Todos nós nos pronunciamos nesse sentido, de que era necessário haver uma reformulação de alguns dos pontos que aquela estratégia apresenta, lembrando o papel que a cultura desempenha no desenvolvimento da Europa”, afirmou Gabriela Canavilhas.

Recorde-se que a Estratégia 2020 é o documento que irá suceder à Estratégia de Lisboa e definirá as linhas gerais económicas da União Europeia para os próximos dez anos.

Debate quinzenal na AR

# Fundo de apoio à internacionalização e exportação com 250 milhões de euros

**O Governo vai criar um fundo no valor de 250 milhões de euros para apoiar a internacionalização e as exportações das empresas portuguesas, anunciou o primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 31, no Parlamento, onde defendeu que na actual conjuntura “a política económica tem um duplo desafio: a recuperação do crescimento e a consolidação das contas públicas”. E é neste quadro, frisou, “que o aumento das exportações constitui um dos grandes objectivos do país”.**

J. C. CASTELO BRANCO

NO PRIMEIRO debate quinzenal após a aprovação do Orçamento do Estado para 2010 e da resolução do PS sobre o PEC, que foi dedicado ao tema da economia e das exportações, José Sócrates afirmou que uma das linhas políticas fundamentais do fundo é “aumentar a capacidade das empresas exportadoras e o número das empresas que exportam”.

Outras metas referidas pelo primeiro-ministro com a criação referido fundo passam por “aumentar o valor acrescentado e o nível tecnológico das exportações portuguesas; diversificar os mercados geográficos de exportação; e aproveitar as oportunidades de investimento que a actual conjuntura trouxe em países como

Espanha, Inglaterra e Estados Unidos”.

Os 250 milhões de euros deste fundo serão ainda, segundo referiu José Sócrates, destinados “a reforçar os capitais necessários à internacionalização”, permitindo, nomeadamente, “a participação no capital de empresas que promovam as exportações nacionais; e a subscrição de títulos de dívida, ou a concessão directa de crédito ou garantias a empresas ou consórcios de empresas portuguesas”.

Por outro lado, o primeiro-ministro referiu que nas linhas de força das políticas públicas para fomento da internacionalização e das exportações está a diplomacia económica, tendo anunciado que, até ao final de Julho, chefiará missões e encontros de diplomacia económica em França, Brasil,

Marrocos e Angola, a que se somarão iniciativas dos ministros dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, e da Economia, Vieira da Silva, junto de mercados como a Rússia, China, Coreia do Sul e Emirados Árabes Unidos.

“Estas visitas e iniciativas serão previamente preparadas com as empresas, de forma a assegurarmos a ampliação das oportunidades de negócios”, afirmou José Sócrates, salientando que se trata de “uma inovação” o facto de se realizarem encontros regulares entre o Governo e os empresários que têm já uma actividade nos diferentes mercados.

“Para concertar estratégias e para acrescentar eficácia aos esforços de ambas as partes, tendo em conta a diversificação dos nossos mercados de exportação”, adiantou.

## Abertura de 14 lojas de exportação

No debate no Parlamento, o primeiro-ministro anunciou ainda a abertura até final de Abril de 14 lojas de exportação por todo o país, a primeira das quais abrirá portas em Leiria, porque, justificou, “a internacionalização da economia impõe às PME recursos e conhecimentos sobre os diferentes

mercados, de que muitas ainda não dispõem, impondo-se, por isso, uma proximidade entre os serviços da Administração Pública e as empresas”.

Com base na “experiência de sucesso” de outros programas Inov, José Sócrates disse ainda que o Governo decidiu lançar o Inov-Export, destinado a apoiar a colocação de 500 jovens quadros qualificados em PME, “com o objectivo de reforçar os recursos humanos dessas empresas na promoção da sua internacionalização”.

No âmbito das iniciativas de promoção da internacionalização e das exportações, o chefe do Governo destacou também a importância da nova linha de crédito PME Invest 5, que foi aberta em Março, com o montante de 750 milhões de euros “para apoiar o crédito e a liquidez das pequenas e médias empresas”.

No final da sua intervenção, o chefe do Governo sublinhou que “as empresas portuguesas estão a dar fortes sinais de determinação e investimento” na área das exportações, com diversos sectores a obterem “resultados que se julgavam impossíveis há bem pouco tempo”.

Por isso, considerou ser necessário “valorizar e apoiar esse esforço, para que possamos crescer mais rapidamente, criar mais riqueza,

gerar mais emprego, que é verdadeiramente um grande objectivo nacional dos dias de hoje, que deve mobilizar a sociedade e o Estado, os empresários e os trabalhadores”.

## Respostas rápidas e prontas para as empresas exportadoras

Pelo PS interveio neste debate Afonso Candal, vice-presidente do Grupo Parlamentar, para lamentar que, “infelizmente”, tenham sido “poucas as referências das bancadas da oposição sobre os temas em discussão: economia e exportações”.

Afonso Candal sublinhou que “o Governo procurou respostas rápidas e prontas para as empresas exportadoras”, no quadro de um PEC que “procura ultrapassar dificuldades”, sustentando que nesta como noutras matérias “a oposição não tem alternativas”.

Segundo o deputado socialista, “o esforço do Governo na actual conjuntura deve ser feito no sentido de criar riqueza para melhor a distribuir e controlar o défice público e o endividamento externo”.

Na sua intervenção, Afonso Candal elogiou ainda “o forte empenho político do Governo para abrir novos mercados às empresas exportadoras portuguesas”, nomeadamente através da aposta na “diplomacia económica”.



A criação de um fundo de 250 milhões de euros para apoio à internacionalização e exportação foi aprovada na reunião do Conselho de Ministros de 1 de Abril, um dia após o anúncio desta medida pelo primeiro-ministro na Assembleia da República

Rui Pereira, ministro da

# “Governo atribui importância à segurança dos cidadãos”

A inversão da tendência do aumento da criminalidade é uma realidade que se afere no Relatório Anual de Segurança Interna relativo a 2009, como sublinha o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, para quem este facto se deve às políticas que reforçaram os meios humanos e logísticos.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o governante considera que o aumento do orçamento do seu ministério em 13%, numa conjuntura de crise, é “um sinal inequívoco” da importância que o Governo atribui à segurança dos cidadãos”. Rui Pereira destaca ainda, por outro lado, os bons resultados alcançados no domínio da prevenção e segurança rodoviária, que já valeram uma distinção da União Europeia. “Em 2009, registámos o número mais baixo das últimas décadas em termos de mortos e feridos graves”.

## Que conclusões destacaria no relatório anual de segurança interna relativo a 2009 apreciado no Conselho de Ministros de 25 de Março?

Em 2009, inverteu-se a tendência de aumento da criminalidade que se verificava desde 2006. A criminalidade geral diminuiu, em 2009, 1,2% em relação a 2008, o que representa um decréscimo de 4979 crimes. E também a criminalidade violenta e grave registou um decréscimo de 0,6%. Embora não haja razões para “embandear em arco”, a tendência de decréscimo é positiva e serve de estímulo para fazer tudo o que estiver ao nosso alcance no sentido de a aprofundar nos próximos anos.

Houve, também, diminuição de alguns dos crimes que geram maior insegurança na sociedade portuguesa. Posso dar como exemplos os homicídios, que registaram um decréscimo de 0,7%, os assaltos a bancos que diminuíram 13,9% ou os furtos a residências que diminuíram 12,2%.

É visível o aumento da proactividade policial, através do próprio aumento do número de crimes como a violência doméstica, o tráfico e detenção de armas ou até as violações. O conjunto de crimes habitualmente associados à proactividade policial representa, actualmente, mais de 12% do total de crimes registados no nosso país.

Por fim, houve aumento geral da actividade operacional que se espelha nos números de detenções (mais de 60.000) e de apreensões de armas (cerca de 7000, em acções de pre-

venção e na investigação criminal). Estes dados revelam bem o grau de empenhamento de todos quantos servem nas forças e nos serviços de segurança.

## Porque é que, na sua opinião, a segurança constitui, nas sociedades modernas, um parâmetro obrigatório de avaliação da qualidade da democracia?

A segurança constitui a primeira prestação a que o Estado se obriga no contrato social, como contrapartida da renúncia ao uso da força pelos cidadãos. Sem segurança, cada pessoa não pode exercer os mais elementares direitos de cidadania, tais como sair à rua, ocupar o espaço público e interagir com os seus concidadãos.

Nas sociedades democráticas existe uma associação obrigatória entre liberdade e segurança porque uma não pode viver sem a outra. Por isso, a Constituição Portuguesa consagra no mesmo artigo (26º), os dois direitos fundamentais. O aprofundamento da União Europeia tem favorecido também o desenvolvimento simultâneo de ambos os direitos, no âmbito do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.

## Quais os pontos principais em que assenta a estratégia que o Governo apontou como prioridade de reforço da segurança?

O relatório tem incluído, desde 2008, uma estratégia anual e, desde 2009, o balanço da estratégia do ano anterior. Essa estratégia confronta-nos





a Administração Interna

# Importância crucial dos cidadãos”



com a obrigação de assumir e debater políticas públicas e prestar contas quanto ao seu cumprimento. A estratégia deste ano foi debatida num ciclo de conferências com dirigentes, personalidades do mundo académico e investigadores.

A nossa estratégia aponta para o reforço do dispositivo, o aprofundamento do policiamento de proximidade, a intensificação da segurança comunitária, a articulação entre segurança pública e investigação criminal, a gestão e o controlo de fronteiras, a aposta na tecnologia, e a cooperação internacional, nomeadamente no âmbito da UE e da CPLP.

**Uma das medidas em que o ministério que tutela tem vindo a apostar é no policiamento de proximidade. Porquê esta opção?**

O policiamento de proximidade assenta num conceito de segurança que é central no nosso programa. A segurança não é um direito que se garanta a partir do exterior, mas antes uma realidade que a própria comunidade constrói, embora o Governo tenha um papel decisivo nesta matéria, visto que lhe cabe desenvolver a política geral do Estado.

O policiamento de proximidade está associado à visibilidade da polícia, rapidez na resposta operacional e interação com os cidadãos. Pretende-se aumentar os níveis de segurança e reforçar os sentimentos de segurança. Este reforço da dimensão subjectiva da segurança é essencial para as pessoas se sentirem mais livres e poderem exercer pacificamente os seus direitos.

**Quer falar-nos dos programas especiais de protecção de jovens, idosos e outras pessoas particularmente vulneráveis?**

O direito à segurança é um direito fundamental de que todos os cidadãos devem beneficiar. Porém, o Estado deve identificar as pessoas mais vulneráveis, que requerem prestações especiais de segurança. As crianças e as pessoas idosas, bem como as vítimas de maus-tratos e de violência doméstica, justificam programas de policiamento especiais. Por isso, temos desenvolvido iniciativas como os Programas Escola Segura e Idosos em Segurança, já desde a década de 90.

Por outro lado, há grupos de risco cuja identificação se baseia na actividade – por exemplo, os comerciantes e os próprios agentes das forças e dos serviços de segurança. No caso dos comerciantes há vários programas especiais – como o Comércio Seguro ou o Abastecimento Seguro – e no caso dos elementos das forças de segurança tem havido agravamento de crimes e transformação de vários crimes semipúblicos em públicos, ao abrigo de uma ideia correcta que sustenta que esses crimes atingem toda a comunidade.

**De que forma as novas tecnologias estão a ser usadas no combate aos vários tipos de criminalidade?**

A aposta na tecnologia é essencial para garantir a superioridade dos sistemas de segurança, até porque as organizações criminosas se servem dela para prosseguirem as suas actividades ilícitas e se internacionalizarem. Acabámos de celebrar, no dia 7 de

“A nossa estratégia aponta para o reforço do dispositivo, o aprofundamento do policiamento de proximidade, a intensificação da segurança comunitária, a articulação entre segurança pública e investigação criminal, a gestão e o controlo de fronteiras, a aposta na tecnologia e a cooperação internacional, nomeadamente no âmbito da UE e da CPLP”

Abril, um protocolo de cooperação permanente com o Instituto Superior Técnico e com a Associação Industrial Portuguesa para desenvolver projectos tecnológicos que até poderão ser exportados para outros países, favorecendo o interesse nacional.

No nosso Plano Tecnológico, apostamos em grandes sistemas como a Rede Nacional de Segurança Interna, o Sistema Integrado de Redes de Emergência de Segurança de Portugal e o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa, indispensáveis para garantir a comunicação entre forças e serviços de segurança e a protecção da costa.

Além disso, estamos a desenvolver programas de prevenção e combate à criminalidade como os programas de videovigilância e de geo-referenciação. Actualmente, estão já em funcionamento os Sistemas de Videovigilância na Zona Histórica do Porto, no Santuário de Fátima, em Portimão (Praia da Rocha) e no

Centro Histórico de Coimbra.

Por fim, lançámos projectos-piloto que estão a dar bons resultados. Destacaria o Sistema de Queixa Electrónica, que favorece o exercício dos direitos das vítimas, o Portal de Segurança, que fornece um vasto conjunto de indicações úteis e o Polícia Automático que permite a leitura imediata de matrículas furtadas, roubadas ou utilizadas em actividades ilícitas.

**Os Contratos Locais de Segurança são uma das apostas do Governo. Como estão a ser implementados no terreno esses contratos. E que adesão já tiveram por parte das Câmaras?**

Os primeiros contratos foram celebrados em 2008, em Lisboa e no Porto. A Associação Nacional de Municípios Portugueses celebrou um protocolo genérico com o MAI, que serviu de enquadramento geral. No Porto, o contrato abrange uma área muito circunscrita – o Bairro do Cerco. Em Lisboa abrange uma parte considerável do Concelho de Loures e tem dado resultados muito positivos, envolvendo igrejas, associações culturais, juvenis e desportivas e empresas, o que tem permitido cimentar um conceito integrado e comunitário de segurança. Ainda

há poucos dias foi tocante ver uma orquestra de crianças do Concelho (“Bora Nessa”), criada no âmbito do contrato, actuar pela primeira vez.

A experiência está a alastrar a vários concelhos do país. Há 31 contratos celebrados com autarquias de sete distritos. Cada contrato tem as suas especificidades: em Viseu, por exemplo, a prioridade é garantir a segurança da zona histórica; no Algarve, a prioridade centra-se no turismo. O que há de comum em todos os contratos é o envolvimento de governos civis e de autarquias, como outorgantes, e a participação activa de vários agentes da sociedade civil, a par da eventual utilização de tecnologias (como a videovigilância). As câmaras municipais têm aderido em número crescente, havendo, neste momento, candidaturas em Aveiro, Leiria e Caldas da Rainha.

**As recentes detenções de membros da ETA no nosso país vieram**



**mostrar a eficácia das acções sistémicas de controlo das forças de perigo vindas do exterior. Como se sente com o êxito elogiado a nível internacional destas acções?**

A prevenção do terrorismo continua a ser uma preocupação essencial dos Estados da União Europeia e, em geral, dos Estados democráticos. O terrorismo é a expressão mais negativa do consequencialismo moral, porque aceita o sacrifício de vítimas inocentes em nome de fins que considera superiores. Um ponto sobre o qual não pode haver dúvidas diz respeito à natureza criminosa do terrorismo: não há bom terrorismo, seja ele de inspiração ideológica, nacionalista ou religiosa.

A prevenção do terrorismo exige que haja boa coordenação e cooperação a vários níveis. É necessário haver actividade preventiva dos serviços de informações, investigação criminal persistente e colaboração permanente entre os serviços e as forças de segurança. A cooperação internacional é decisiva, importando recordar que na União Europeia existe o cargo de Coordenador da Luta Antiterrorista, aliás reactivado durante a presidência portuguesa da União Europeia.

A cooperação com Espanha tem sido excelente, tanto no plano político como no plano operacional. Já está em funcionamento uma equipa conjunta luso-espanhola de prevenção do terrorismo e da criminalidade, criada sob os auspícios do secretário-geral do Sistema de Segurança Interna.

As lições que extraímos nos últimos meses reforçam a ideia de que o policiamento contribui decisivamente para a prevenção do terrorismo. Graças à acção das forças e dos serviços de segurança, em concreto da GNR e do SEF, foram detidos três suspeitos

de pertencerem à ETA e desactivada uma instalação em que se preparavam atentados de grande envergadura, a consumir em território espanhol.

**Dadas as restrições impostas no âmbito da consolidação orçamental à admissão de novos elementos para a PSP e GNR, de que forma tal constrangimento vai ser compaginável com a necessidade de reforçar os meios humanos afectos ao combate à criminalidade?**

No âmbito do MAI, o orçamento registou um aumento de cerca de 13%, ultrapassando, pela primeira vez, o patamar dos 2000 milhões de euros. Esse aumento constitui um sinal inequívoco da importância que o Governo atribui à segurança dos cidadãos e permitirá, designadamente, prosseguir o esforço de reforço e de rejuvenescimento do dispositivo. Após a aprovação do orçamento, já foi assinado um despacho que permite desencadear concursos para admitir 2000 elementos no conjunto das duas forças.

Além disso, a valorização das carreiras será prosseguida através da aplicação dos novos estatutos. Serão melhoradas, progressivamente, as condições remuneratórias. O Suplemento de Serviço nas Forças de Segurança será aumentado, em três anos, de 14,5% para 20% da remuneração-base. Foi criado um suplemento pelo exercício de fun-

ções na investigação criminal. Foi consagrado o princípio do horário de referência. Prevê-se a oferta de dotação inicial de fardamento e uma actualização da comparticipação anual de fardamento.

**E quanto à modernização do equipamento destas forças de segurança? Vai sofrer cortes?**

A modernização das infra-estruturas e do equipamento das forças de segurança tem sido visível e conti-

nuar-se-á a fazer no âmbito da Lei de Programação. Esta Lei garante a modernização das forças de segurança, prevendo, no período de cinco anos (2008-2012), um investimento sem precedentes em instalações policiais, viaturas, armas, coletes antibalísticos e equipamentos informáticos e de comunicação.

**Que está a ser feito no domínio da prevenção no sentido de diminuir ainda mais os níveis de sinistralidade rodoviária?**

No domínio da prevenção e segurança rodoviária temos dado passos decisivos. Criámos a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e os Conselhos Distritais de Segurança Rodoviária, efectuámos alterações ao Código da Estrada de forma a permitir a cassação da carta de condução a condutores reincidentes e a fiscalização da condução sob o efeito de substâncias psicotrópicas, desenvolvemos a Rede Nacional de Radars, intensificámos a fiscalização dos comportamentos de risco e elaborámos a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária de 2008 a 2015.

Os resultados da nossa política são visíveis. Descemos, progressivamente, para menos de 2000, menos de 1500 e, desde 2006, para menos de 1000 vítimas mortais por ano. Em 2009, registámos o número mais baixo das últimas décadas em termos de mortos e de feridos graves, respectivamente 738 e 2580. Em

comparação com 2008, verificou-se um decréscimo de 4,9% no número de vítimas mortais e de 1% no número de feridos graves. Esta evolução valeu-nos, em 2008, uma distinção por parte da União Europeia.

**As recentes intempéries que assolaram o país vieram pôr à prova o sistema de Protecção Civil. Como avalia as respostas que foram dadas a estas situações?**

A resposta do nosso sistema de protecção civil foi notável a todos os níveis e demonstrou o acerto da aposta do Governo. Dispomos hoje de uma Secretaria de Estado da Protecção Civil, de uma Autoridade Nacional de Protecção Civil e de um comando operacional unificado. Sem descuidar o voluntariado, investimos na profissionalização e contamos com cerca de 700 elementos do Grupo de Intervenção, Protecção e Socorro da GNR, aproximadamente 300 bombeiros "Canarinhos" da Força Especial de Bombeiros e mais de 100 Equipas Concelhias de Intervenção Permanente. Criámos a Empresa de Meios Aéreos, para assegurar uma autonomia estratégica e permanente do Estado em missões de segurança e de protecção civil. Dispomos de uma Directiva Operacional Nacional que dota o nosso país de capacidade para intervir em quaisquer situações de catástrofe.

A relevância que a protecção civil tem nos nossos dias foi sublinhada pelas cheias devastadoras que afectaram a Madeira ou, no plano internacional, com o sismo que abalou o Haiti. Em ambos os casos, o socorro às populações levado a cabo pelo nosso sistema de protecção civil foi rápido e eficaz.

“A prevenção do terrorismo exige que haja boa coordenação e cooperação a vários níveis. É necessário haver actividade preventiva dos serviços de informações, investigação criminal persistente e colaboração permanente entre os serviços e as forças de segurança”

# Ampliação da plataforma continental portuguesa terá impacto positivo na economia

O PROCESSO de reconhecimento internacional da extensão da plataforma continental portuguesa, que duplicará a área marítima sob jurisdição nacional, deverá estar concluído entre 2013 e 2014, declarou recentemente o secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Marcos Perestrello.

Com forte impacto na economia nacional, este é um processo de “grande relevância que multiplicará várias vezes o território nacional e transformará a plataforma portuguesa numa das maiores do mundo”, afirmou.

Marcos Perestrello disse aos jornalistas que “nas plataformas continentais há riquezas infinitas cujo aproveitamento de recursos pode ser muito importante para a economia”.

Refira-se que o nosso país procedeu, no dia 13 de Abril, junto da Comissão de Limites de Plataformas Continentais (CLPC) das Nações Unidas, à submissão técnica da proposta nacional que fundamenta a candidatura à extensão da plataforma continental (das 200 milhas, correspondente aos limites da actual Zona Económica Exclusiva, para as 350



milhas), formalizada em Maio do ano passado.

A possibilidade de os países requererem a extensão da sua fronteira marítima para além das 200 milhas, mediante prova da existência de um prolongamento natural do território terrestre submarino, está prevista na Convenção das

Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

“Temos algumas dezenas de países à nossa frente, julgo que para 2013 ou 2014 estaremos em condições de ter uma decisão na ONU, o que também coincide com o tempo que nós necessitamos para fazer a exploração dos nossos

fundos marinhos”, previu Marcos Perestrello.

Considerando que o mar se pode tornar “um factor fundamental de desenvolvimento” do país, o secretário de Estado apontou a existência na área a acrescentar à jurisdição nacional de “indícios fortes da existência de hidrocar-

bonetos” e de “recursos biotecnológicos para o fabrico de produtos farmacêuticos, além do “aumento da área” passível de exploração de recursos pesqueiros.

“É matéria de grande importância económica num prazo que não será muito longínquo”, enfatizou.

Para Marcos Perestrello, o trabalho desenvolvido por Portugal no sentido da extensão da sua plataforma continental é “reconhecido internacionalmente”, pelo que não deverá existir “nenhuma razão” para que a pretensão nacional não seja bem acolhida pela ONU.

Quanto aos meios disponíveis para a fiscalização da área suplementar de área marítima sob jurisdição nacional (que passa dos actuais 1800 milhões de quilómetros quadrados para 3,6 milhões), o secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar apontou a “modernização sem precedentes” em curso na Marinha, “quer ao nível de meios submarinos, quer ao nível de meios de superfície”.

“O que, articulado com os meios aéreos, nos permitirá ter condições para exercer a nossa jurisdição sobre a área sob nossa responsabilidade”, sustentou. **M.R.**

## Gestores públicos sem prémios ou bónus até 2011

PARA conter a despesa pública e distribuir por todos os portugueses dos esforços de consolidação orçamental, o Governo decidiu não atribuir até 2011 quaisquer prémios ou bónus aos gestores de empresas públicas, ou participadas pelo Estado.

Falando no final do Conselho de Ministros de 25 de Março, onde esta medida foi aprovada, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, afirmou que “todas as decisões que ainda não tenham sido tomadas e que cumpra ainda vir a decidir sobre os anos de 2010 e 2011, que são a maioria, o Estado pronunciar-se-á contra a atribuição de prémios”.

Segundo sublinhou o ministro da Presidência, a decisão do Executivo socialista de não atribuir bónus ou prémios aos gestores públicos “visa dar um sinal claro da solidariedade de todos num momento de exigência inerente ao processo de consolidação orçamental”.

E acrescentou que esta “é uma decisão que incide sobre as chamadas remunerações variáveis, uma vez que no respeito às remunerações fixas dos gestores vigora já na prática um



congelamento”.

Trata-se ainda, frisou, “de uma decisão que vai mais longe do que a norma que se encontra já no Orçamento do Estado para 2010, visto que é uma disposição que se aplica para o ano de 2011”.

Pedro Silva Pereira referiu ainda que o “PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento contém um conjunto de orientações que tentam assegurar que o sector empresarial do Estado contribui para o esforço de

consolidação orçamental que terá de ser desenvolvido até 2013”.

O PEC, acrescentou, “prevê a reestruturação e a reorganização interna das empresas do sector empresarial do Estado, o controlo dos seus custos (incluindo custos com pessoal), a revisão dos contratos de serviço público (em sectores críticos como os transportes e a comunicação social) e ainda o estabelecimento de limites ao endividamento de empresas públicas”.

## SEGURANÇA INTERNA

O RELATÓRIO anual de Segurança Interna relativo a 2009 foi enviado pelo Governo para a Assembleia da República para apreciação.

Este relatório, para além de assinalar um significativo abaixamento da criminalidade participada em 2009, define e aponta a estratégia ao nível da segurança interna para o corrente ano.

Aqui é revelado que a criminalidade no nosso país registou um decréscimo de cerca de 1,2% em relação a 2008, o que representa menos 4979 crimes, tendo-se verificado ainda em relação ao ano anterior, e no que se refere à criminalidade violenta, uma diminuição de 0,6%.

O relatório revela também que Portugal surge com o rácio mais baixo de crimes por 100 habitantes entre os países da União Europeia a 15.

## REEMBOLSO DO IRS

DESDE o passado dia 23 de Março, que estão a ser enviados os reembolsos aos contribuintes que entregaram a declaração de IRS através de Internet.

Segundo o Ministério das Finanças, os primeiros 300 contribuintes receberam já por transferência electrónica para as suas contas bancárias os respectivos reembolsos.

## ESTÁGIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A REGULAMENTAÇÃO do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública acaba de ser publicada em “Diário da República”.

Com efeito, foram já publicadas no diário oficial as portarias 172-A/2010 e 172-B/2010, de 22 de Março, relativas ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública, e nos quais se estabelecem os prazos e os procedimentos das candidaturas.

## OPINIÃO



**FERNANDO MONTENEGRO**  
Auditor de Política Externa Nacional  
Auditor de Defesa Nacional  
Membro do Clube de Reflexão Política A Linha

*Importa ganhar redobrada mobilidade estratégica para fazer face à globalização e aos novos desafios da Europa e do Mundo*

## A POLÍTICA EXTERNA NACIONAL: O EIXO DE GEOMETRIA VARIÁVEL

É COMUM afirmar-se que a política externa portuguesa mantém inalterados, desde a Revolução dos Cravos, três designios fundamentais que constituem uma espécie de “Triângulo Estratégico”: Europa, EUA e Lusofonia, relegando-se depois para último plano o resto do mundo.

Contudo, afigura-se que com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que em matéria de política externa traduz uma nova ambição europeia, procurando reforçar o papel da Europa enquanto actor internacional e dando coerência à sua acção externa, seja talvez chegada a hora de procurar reunir contributos para uma (re)visão que ajuste as relações internacionais do Estado Português à sua vocação universalista e marítima, que permita a Portugal constituir-se como um actor global, ou pelo menos, de aspiração global.

Com efeito, o “Triângulo Estratégico” da nossa política externa ganharia em ser temperado com uma perspectiva mais ambiciosa e, a um só tempo, mais cirúrgica.

Como repetidamente tem afirmado o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, existem hoje novas situações que requerem um empenho renovado e reclamam capacidades diferentes para antecipar crises e problemas. Agir e não só reagir, procurando, perante cada equação de interesses ou situação concreta, afirmar factores de diferenciação e de valor acrescentado nacional. Importa ganhar redobrada mobilidade estratégica para fazer face à globalização e aos novos desafios da Europa e do Mundo.

A primeira referência, óbvia, é à União Europeia. E quando falamos em prioridades da política europeia portuguesa não poderemos deixar de mencionar as que são prioridades estratégicas de longo prazo e, logo, estruturantes, e que se prendem com os (im)prováveis alargamentos da União Europeia e as negociações das questões financeiras com impacto directo no quadro comunitário de apoio ao desenvolvimento de Portugal: estas questões estão interligadas e só uma visão global das mesmas, devidamente conjugadas, nos permitirá assegurar uma cabal defesa dos interesses de Portugal no quadro da União Europeia a 27.

Evidentemente que existem prioridades na nossa política externa. Eis apenas algumas delas, que podem inclusivamente ser parte de grande estratégia nacional, nomeadamente: a nossa participação activa na formulação de consensos e políticas europeias no quadro dos mecanismos da PESC; o reforço da nossa presença na NATO, a par com dois outros vectores igualmente importantes: o relacionamento preferencial com os Estados Unidos e a proposta de consolidação das capacidades europeias em matéria de segurança e, a longo prazo, de defesa, que são, elas mesmas, um designio da própria União Europeia.

No quadro da CPLP e do espaço ibero-americano, deve reforçar-se a cooperação, aumentando a visibilidade internacional daquela e procurar soluções que permitam uma prática e um aproveitamento concreto da segunda, destacando-se neste contexto as relações privilegiadas com Angola e o Brasil.

A relação com a Ásia deve ser redimensionada nos planos político, económico e cultural. No caso da China, cumpre aproveitar o estatuto de Macau para privilegiar novos impulsos nos planos económico e cultural. Também o estatuto de Timor deve permitir focalizar a cooperação noutros moldes, dando prioridade à língua e à segurança, assegurando-se um permanente diálogo com os Estados desta região.

Importa reforçar o diálogo mutuamente proveitoso com os países da margem Sul do Mediterrâneo, bem como ponderar qual deverá ser a nossa presença diplomática nos países do Médio Oriente.

O final do século XX deixou-nos um pesado legado, incluindo a obrigação de nos readaptarmos aos novos enquadramentos, de proceder a reajustes, a aperfeiçoamentos. Obriga-nos a que levemos a cabo algum reposicionamento, mas mantendo, na linha da frente das nossas preocupações e objectivos, os interesses nacionais e a redefinição do nosso lugar no mundo que teima em não parar de mudar. Como ensina Armando Marques Guedes, para lá de modas e apetites efémeros, precisamos do nosso lugar na Europa, da nossa relação com a América, de continuar em África. Isso não mudou. O que mudou foi como fazê-lo.

## ACTUALIDADE

### Estudo da Comissão Europeia revela

# Consumidores portugueses sentem-se mais protegidos



OS CONSUMIDORES portugueses sentem-se cada vez mais protegidos, a sua confiança nas autoridades públicas tem vindo a aumentar e estão satisfeitos com o tratamento dado às suas queixas. As conclusões constam do “Consumer Markets Scoreboard”- Primavera 2010, um instrumento da Comissão Europeia que visa avaliar o desempenho dos mercados da União na óptica dos consumidores.

Segundo um comunicado do Ministério da Economia, “nas principais conclusões deste relatório, relativas a 2009 e a toda a União Europeia verifica-se uma quebra na confiança dos consumidores, justificada não só pelo

impacto da crise económica, mas também por factores como, por exemplo, a qualidade da regulamentação relativa a consumidores e às actividades económicas, a resolução efectiva de litígios e o tratamento de queixas, a confiança dos consumidores nas autoridades, nos retalhistas, nos anunciantes e nas organizações de defesa dos consumidores”.

No entanto, “oito Estados-membros, entre os quais Portugal, melhoraram o seu desempenho face a 2008”.

No que respeita a Portugal, o Ministério da Economia sublinha que os dados são bastante positivos, já que, segundo o estudo, “53,4% dos consumidores

sentem-se adequadamente protegidos pelas medidas existentes (35% em 2008); 58,2% confiam nas autoridades públicas para proteger os seus direitos enquanto consumidores (39% em 2008); 65,4% estão satisfeitos com o tratamento dado às suas queixas, (54% em 2008)”.

O documento da Comissão Europeia revela ainda que “31,8% consideram fácil a resolução de litígios com vendedores e prestadores de serviços com recurso a mecanismos alternativos como a mediação e a arbitragem (19% em 2008); e 68,4% confiam nas organizações de defesa dos consumidores para protegerem os seus direitos (46% em 2008)”.

## PS manifesta apoio ao PAIGC

IMBUÍDO de “um espírito de camaradagem e de solidariedade”, o PS manifestou todo o apoio ao PAIGC, ao seu presidente, Carlos Gomes Júnior, a todos os dirigentes e militantes do partido, bem como a todos os guineenses, e apelou “ao bom senso” para que o desenvolvimento da Guiné-Bissau não seja posto em causa, com a instabilidade política que voltou a assolar o país.

Num comunicado de 1 de Abril, assinado pelo seu secretário Internacional, José Lello, o PS manifestava a “mais viva apreensão” com o desenrolar dos acontecimentos na Guiné-Bissau e repudiava “o condicionamento da liberdade” do chefe do Governo, Carlos Gomes Júnior, “democraticamente eleito” nas eleições legislativas de Novembro de 2008, bem como de outras individualidades do Estado.

Para o PS, “a instabilidade política e militar que volta a sacudir a Guiné-Bissau é um mau sinal para o desenvolvimento do país e para

a melhoria das condições de vida dos guineenses”, porque, sublinha, “o Governo do PAIGC, liderado por Carlos Gomes Júnior, vinha a fazer grandes esforços no combate ao narcotráfico com resultados que começavam a ser visíveis, no reforço das instituições do Estado e no saneamento financeiro do país, verificando-se melhorias consideráveis na Administração Pública e na sua capacidade de funcionamento e de pagamento de salários aos seus funcionários”.

O PS considerava ainda que a tentativa de golpe militar, mais uma vez, tornava evidente “a pressão dos complexos interesses que minam a sociedade guineense e as estruturas do Estado, sendo de lamentar que afectem o processo de normalização do Estado de Direito e a credibilização interna e internacional em que o Governo do PAIGC estava empenhado”.

Por isso, no comunicado, o PS apelava ao “fim da situação de insta-

bilidade e que o exercício do poder seja devolvido aos seus legítimos representantes e faz votos para que não seja afectada a integridade dos guineenses nem de outras comunidades estrangeiras no país, entre as quais a portuguesa, que tão relevante tem sido na cooperação e no desenvolvimento da Guiné-Bissau”.

Recorde-se que a Guiné-Bissau no princípio do corrente mês voltou a passar por momentos de instabilidade quando militares liderados pelo antigo chefe da Armada almirante José Américo Bubo Na Tchuto e pelo número dois do Estado-Maior General das Forças Armadas, que se autoproclamou chefe do EMGFA, major-general António Indjai, detiveram o primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior, e o CEMGFA, almirante Zamora Induta.

Entretanto, o país voltou à normalidade após a libertação destes dois dirigentes e depois de uma visita de altos responsáveis da CPLP.

# PSD foge às responsabilidades em Ansião

A PROPÓSITO dos cem dias de mandato autárquico em Ansião, os eleitos do PS na Câmara Municipal, no distrito de Leiria, acusam o presidente da edilidade eleito pelo PSD de nada ter feito até agora de verdadeiramente positivo para mudar e melhorar a vidas dos munícipes.

Para os socialistas, o único balanço possível a fazer da “lamentável gestão autárquica da direita”, prende-se com a existência de “uma máquina de propaganda cada vez mais bem oleada”, assente agora, “num canal de televisão privativo na Internet”.

O PS/Ansião recorda que o actual presidente da edilidade, que foi o homem de confiança da direcção antecedente, tendo assumido os cargos de chefe de gabinete do anterior líder autárquico, vereador com pelouros e o de vice-presidente durante dois mandatos, não pode agora em cem dias “querer apagar a sua co-responsabilidade nos aspectos menos positivos, que são muitos”, da governação anterior, nem tão pouco, “pretender colocar o contador a zero”.

Os autarcas socialistas António José Domingues e Miguel Peres

recordam o que classificam de “alguns elefantes brancos” deixados pela anterior governação municipal, designadamente “a falta de ideias e de planeamento” relativamente ao Centro de Interpretação do Rio Nabão, a construção do estádio municipal, “sobretudo no que respeita à construção das bancadas” e à pista de atletismo, bem como o estado de “degradação em que se encontra toda a área do mercado municipal”.

Para os eleitos do PS, é “absolutamente lamentável” observar a tentativa do actual presidente da Câmara Municipal em querer aligeirar as suas responsabilidades na “gestão desastrosa” da Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Locais de Ansião, (ADILCAN).

Contrariando a actual gestão e os caminhos seguidos ao longo dos últimos anos pela gestão do PSD, os socialistas afirmam que gostariam de ver implementadas algumas medidas que consideram estruturantes para o progresso do município, os quais passam, nomeadamente, por um programa exigente de pagamento de dívidas a fornecedores, o que “iria contribuir para resolver muitos



problemas com que os pequenos e médios empresários se defrontam” deixando assim a autarquia de “assumir ano após ano o papel de má pagadora”.

Outra das medidas defendidas pelos eleitos do PS consiste na criação de taxas diferenciadoras no consumo de água para famílias numerosas e de baixos rendimentos, e, ainda, pela assunção de um programa de construção de habitação a custos controlados, “como

forma de estimular os jovens casais a fixarem-se no concelho”.

Os eleitos do PS reivindicam ainda o fornecimento de livros escolares gratuitos aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, assim como a criação de um fundo destinado à comparticipação na aquisição de medicamentos a idosos de baixos recursos.

Finalmente, lembram que entre as propostas apresentadas no programa eleitoral do Par-

tido Socialista, as quais “foram aceites pelo Executivo camarário liderado pelo PSD”, mas que ainda não foram materializadas, onde figuravam, por exemplo, a criação do Cartão Ansião, a promoção dos produtos endógenos, a requalificação do espaço público e dos parques infantis escolares, a estabilização do corpo não docente das escolas e ainda a criação de uma rede de transportes local. R.S.A.

# Oeiras terá Plano Municipal para a Igualdade de Género por iniciativa socialista

OS VEREADORES do PS querem que a autarquia de Oeiras elabore e implemente um Plano Municipal para a Igualdade de Género no concelho, tendo apresentado, nesse sentido, uma proposta de recomendação que foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara do passado dia 10 de Março.

No texto da recomendação, os socialistas defendem que o referido plano “deverá constituir-se como um instrumento que possibilite uma constante supervisão sobre as acções que potenciem a igualdade entre homens e mulheres”.

E consideram necessário que os objectivos a estabelecer possibilitem a intervenção em diferentes áreas, “tendo como pano de fundo as políticas nacionais e internacionais sobre igualdade de género”.

Assim, para os vereadores do PS Carlos Oliveira, Anabela Pedroso e Luísa Carrilho, a intervenção em questão terá de ser necessariamente



te “transversal”, abrangendo, entre outras, áreas como a independência económica para mulheres e homens, a conciliação da vida profissional e familiar, a representação igual na tomada de decisões, a erradicação de qualquer forma de violência, a eliminação dos estereótipos de género e a promoção da igualdade nas políticas de desenvolvimento.

Consideram, por outro lado, “desejável” que possa ser estabelecida uma parceria com as associações do concelho, permitindo deste modo avançar para uma “intervenção sistémica e em rede” que “possibilite a defesa do direito à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, mas também o combate a todas as formas de discriminação”. M.R.

# PS QUER SALÁRIOS DE AUTARCAS DE VALONGO DIVULGADOS NA NET

A CÂMARA de Valongo deverá disponibilizar, através do seu site na Internet, todas as informações relativas a vencimentos do presidente da autarquia, vereadores e membros da Assembleia Municipal, incluindo ajudas de custo, despesas de representação e senhas de presença, entre outras.

Este é o teor de uma recomendação apresentada pela bancada do PS na Assembleia Municipal, que considera “um contributo sincero para o aprofundamento da ética republicana” em ano de comemoração do centenário da República.

A divulgação dos salários dos cargos políticos da autarquia é um dos cinco pontos da recomendação, apresentada pelo líder da bancada socialista, José Manuel Ribeiro.

Assim, o Grupo Municipal do PS quer ainda que a Câmara de Valongo “inicie, com celeridade, ainda este ano, a prática de prestação de contas, freguesia a freguesia, através de sessões públicas abertas a toda a população, com o objectivo de justificar as suas opções de alocação dos recursos públicos no ano anterior” e ainda que “disponibilize, designadamente no seu sítio na Internet, informações pormenorizadas sobre todas as dívidas, de curto, médio e longo prazo, bem como os créditos da autarquia”.

Os deputados municipais do PS recomendam ainda que a Câmara de Valongo disponibilize à população, no decorrer do presente ano, na Internet, “informação semestral sobre a monitorização do Orçamento e do Plano”. J. C. C. B.



# PS/Algarve debateu estatuto do aluno e ensino profissional

O REFORÇO da autoridade do professor na aplicação de medidas correctivas e punitivas e uma maior responsabilização da família nas questões inerentes à conduta dos alunos no espaço escolar, foram duas das principais conclusões da reunião promovida pelo PS/Algarve, no âmbito da acção "Por um Compromisso com as Novas Gerações", que reuniu no dia 29, em Portimão, cerca de uma centena de representantes da comunidade escolar, autarcas e elementos do programa Escola Segura.

Do encontro, integrado na iniciativa "O Estado da Região", resultaram diversas propostas no âmbito da discussão sobre o Estatuto do Aluno e o Ensino Profissional, contributos que o deputado e presidente do PS/Algarve, Miguel Freitas, considerou "extremamente positivos para a concretização de respostas concretas e eficazes aos problemas do ensino e dos jovens em idade escolar".

Os participantes no encontro reclamaram a existência de um sistema de diferenciação dos alunos em função da respectiva assiduidade. Para o efeito, os professores presentes propuseram a suspensão das actuais provas de recuperação, tendo defendido que o empenho e a frequência regular devem contar



como elementos efectivos para o resultado final dos alunos.

No âmbito da alteração do estatuto do aluno, actualmente em discussão, foi ainda manifestada a opinião unânime de que os actos de violência registados nas escolas devem ser enquadrados na moldura penal existente, sendo tipificados como crime público.

"A comunidade escolar é unânime quanto à necessidade de uma maior responsabilização dos agentes escolares nestas matérias, pelo que a resposta ao fenómeno da violência nas escolas não deve ser o reforço da moldura penal mas sim o seu aperfeiçoamento ao Estatuto do Aluno", frisou Miguel Freitas.

No que respeita ao ensino profissional, as propostas apontaram para a implementação de uma terceira via que passe, nomeadamente, pelo retorno aos antigos Cursos de Educação e Formação, enquanto instrumento de combate ao abandono e insucesso escolar na área do ensino profissional, que regista taxas de insucesso muito superiores

às do ensino regular.

Apesar da reconhecida compatibilização dos ensinos regular e profissional, foi ainda realçada a necessidade da melhoria dos padrões de qualidade da oferta nesta área, bem como a de criação de um Programa Regional para o ensino profissional, que condicione a sobreposição de oferta por parte das escolas.

Os participantes no encontro defenderam ainda que a escola deve constituir um projecto com mais autonomia, autoridade e segurança, envolvendo toda a comunidade.

Durante o debate, o director regional de Educação do Algarve, Luís Correia, afirmou que, tendo em conta a diversidade de papéis desempenhados pela escola, há uma tendência para a sua culpabilização em relação às questões sociais mais problemáticas, tendo salientado a propósito que "a cultura da escola não se muda com um estalar de dedos, sendo necessário um trabalho constante para corrigir o que pode e deve ser melhorado".

As conclusões retiradas deste encontro foram já entregues à ministra da Educação como contributo para o debate sobre o Estatuto do Aluno.

## SOCIALISTAS DO PORTO HOMENAGEIAM CAL BRANDÃO

O SECRETARIADO do PS-Porto decidiu atribuir o nome de Mário Cal Brandão a um dos auditórios da sede distrital, de modo a perpetuar a memória e o exemplo de democrata que foi este notável socialista.

A homenagem ficou marcada pelo desceramento de uma placa alusiva e a afixação de uma foto de Cal Brandão a que se seguiu uma intervenção do camarada Carlos Lage, que evocou a vida de Cal Brandão enquanto democrata e socialista.

O acto, ao qual assistiram dezenas de socialistas e no qual participou a família de Cal Brandão e a filha de António Macedo, realizou-se no passado dia 27 de Março, após uma romagem ao cemitério do Prado do Repouso, com deposição de uma coroa de flores.

Mário Cal Brandão (1910-1996), advogado e fundador do PS, nasceu no Porto, frequentou as universidades de Coimbra e de Lisboa, tendo concluído o curso de Direito aos 22 anos de idade.

Enquanto estudante universitário em Coimbra desenvolveu uma importante acção na luta estudantil entre 1928 e 1931.

No Porto, Mário Cal Brandão participou em todas as campanhas da Oposição Democrática e fez parte das comissões distritais do MUD e das candidaturas à presidência da República do almirante Quintão Meireles e generais Norton de Matos e Humberto Delgado.

As suas actividades antifascistas (membro do MUNAF e um dos signatárias do "Programa para a Democratização da República") levaram-no à prisão 15 vezes.

Após o 25 de Abril continuou a luta pelos valores em que sempre acreditou e participou activamente na construção e consolidação da II República, como primeiro governador civil do Porto, como deputado constituinte e como deputado da República é eleito em todas as legislaturas até 1991.

De Mário Cal Brandão ficam-nos os ensinamentos de que a democracia se constrói sempre e a cada momento e de que a liberdade é um bem que não pode ser posto em causa. M.R.



## PS/Madeira defende que Parlamento e autarquias sejam ouvidos no processo de reconstrução

O GOVERNO Regional da Madeira não pode ignorar as opiniões da Assembleia Legislativa ou dos autarcas eleitos das câmaras municipais envolvidas no processo de reconstrução das áreas atingidas pelo temporal do passado dia 20 de Fevereiro.

Posição defendida pelo presidente do PS/Madeira, Jacinto Serrão, no final de uma reunião com os coordenadores de todas as concelhias socialistas da região, onde deixou fortes críticas ao Executivo madeirense por insistir em fazer avançar o processo de reconstrução de "forma repentina" desprezando as opiniões do parlamento regional, das autarquias, ou os desejos expressos pelas populações.

Serrão dava como exemplo as soluções propostas pelo Governo Regional em relação à reconstrução viária no concelho da Ribeira Brava, constatando "o descontentamento absoluto da população pela desfecho apresentado".

Quando os processos são feitos assim, disse, sem garantia de segurança para as populações, e



"sem os devidos e necessários cuidados e cautelas" a reconstrução corre o risco de ser feita de forma "inadequada", podendo voltar "a pôr em perigo pessoas e bens em eventuais aluviões".

O líder socialista defendeu, por isso, bom senso e maior abertura ao diálogo, mas também "mais clareza e definição de critérios" em todo este processo alertando para o facto de as populações se sentirem "inseguras e pouco esclarecidas".

Esta é mais uma razão, defendeu Jacinto Serrão, porque o PS/Ma-

deira vai "continuar a insistir na criação urgente de uma comissão técnica independente para a reconstrução".

Alertou ainda para a necessidade de

que os apoios esperados da União Europeia, do Estado e do Orçamento Regional "sejam aplicados em projectos que respeitem as leis em vigor", nomeadamente as que envolvem o ordenamento do território sem esquecer "as leis da natureza".

O líder socialista lembrou, por fim, que o partido na região "está à vontade" para falar nestas situações e para propor as soluções que considera mais adequadas porque o Governo da República "se empenhou fortemente nesta questão da reconstrução da Madeira". R.S.A.

# Conferência do PS/Quarteira Seguro defende que partidos devem privilegiar ideias e não pessoas

FACE a um mundo com claras marcas de um crescente individualismo e personalismo transversal a toda a sociedade, o deputado socialista António José Seguro defende a necessidade de “uma nova organização nos partidos que privilegie as ideias e não as pessoas”, porque, considerou, “deve ser esse o verdadeiro fundamento de toda a actividade política”.

António José Seguro foi o orador convidado da primeira conferência do Clube de Política de Quarteira do Partido Socialista, subordinada ao tema da “Importância da Participação Cívica e Política em Democracia”, iniciativa que contou com a presença do deputado e

presidente do PS/Algarve, Miguel Freitas, da deputada Jamila Madeira e do coordenador do PS/Quarteira, Ricardo Tomás.

Na sua intervenção, António José Seguro salientou ainda que por razões essencialmente culturais que remontam à ditadura do Estado Novo, as relações entre os cidadãos e o poder são mais alicerçadas numa lógica de “favores” e “obediência” do que construídas com base nos direitos e deveres, o que não favorece em nada o interesse e participação dos cidadãos.

O também dirigente nacional do PS defendeu igualmente o papel importante que, na sua opinião, a escola deve ter enquanto “pilar



essencial de uma formação para a cidadania política e participação cívica”, reiterando que a democracia é o “regime mais trabalhoso que existe” e, como tal, “a participação cívica e política de todos é crucial para a manutenção e desenvolvimento da mesma”.

Perante uma plateia de cerca de cem militantes, Seguro criticou

ainda o facto de o Parlamento estar demasiado “metido no Palácio de São Bento” e voltado mais para a retórica do que para o contacto com os eleitores, defendendo, por isso, a realização de semanas de círculos eleitorais.

No final, a comissão coordenadora do Clube de Política do PS/Albufeira congratulou-se pelo

“sucesso que esta iniciativa alcançou”, destacando a forma como o orador convidado explanou o seu pensamento sobre a temática em discussão, o que originou após a sua intervenção inicial “um debate de ideias de enorme qualidade que muito enalteceu a essência daquilo que deve ser a participação cívica e política democrática”.

## Secção de Alcácer do Sal com nova sede

OS SOCIALISTAS de Alcácer do Sal inauguraram recentemente a sua nova sede, numa cerimónia muito participada na qual estiveram presentes o presidente da Federação, Vítor Ramalho, as deputadas Eurídice Pereira e Catarina Marcelino e ainda o camarada Alexandre Rosa.

Perante cerca de uma centena de militantes e simpatizantes, o líder do PS/Setúbal, numa intervenção de grande apelo à unidade, referiu-se à grande responsabilidade que os socialistas enfrentam aos mais diversos níveis: nacional, distrital e local.

Ao encerrar o acto inaugural, lembrou que Setúbal foi o único distrito no qual o PS ficou à frente nas últimas eleições legislativas em todos os concelhos e que nas autárquicas de 2009 o partido manteve a maioria absoluta na autarquia de Alcácer do Sal.

“Alcançámos conquistas muito importantes na região do litoral alentejano”, disse Vítor Ramalho, destacando que esta circunstância, aliada à reconquista do município de Odemira e ao recuo eleitoral da CDU, que manteve a presidência de apenas uma câmara, a de Santiago do Cacém, constitui um reforço muito significativo da presença socialista na AMLA – Associação de Municípios do Litoral Alentejano.

Segundo o presidente da Federação de Setúbal, esta força e a vitalidade que o eleitorado transmitiu ao PS e às suas estruturas locais e distrital correspondem a uma res-



ponsabilidade acrescida que deve ser exercida com determinação e unidade.

“Deve proceder-se, pois, a um aprofundamento do trabalho do nosso partido no exercício do poder local e nacional, mas também no aprofundamento do trabalho partidário interno, mediante a dinamização do debate”, sustentou o líder do PS/Setúbal, deixando claro que “em política o que contam são os resultados”, sendo por isso necessário preparar desde já as futuras vitórias.

Neste contexto, a inauguração da sede da Secção do PS de Alcácer do Sal consubstancia o esforço de se abrir mais espaço para o debate de ideias.

“Trata-se de dinamizar um debate forte em torno de um projecto que é socialista”, clarificou Vítor Ramalho, recordando que a direita nunca ganhou sozinha uma autarquia no distrito de Setúbal,

ao mesmo tempo que sublinhava o facto do Bloco de Esquerda ter sofrido nas últimas autárquicas “um grande desaire”.

Centrou-se depois nas enormes potencialidades do concelho de Alcácer e exortou a que se debata política e se pense o concelho neste novo espaço.

“Debata-se sem medo, que não há machado que corte a raiz ao pensamento”, concluiu.

As primeiras palavras da sessão inaugural deste novo espaço partidário foram proferidas pelo camarada Mauro Félix que deu as boas-vindas a todos.

Seguiu-se no uso da palavra Rui Damião, coordenador da Secção de Alcácer, a quem coube a iniciativa da abertura desta sede e que manifestou o seu desejo de que ela seja um lugar de trabalho e debate de ideias, do partido, “para melhor conhecer e saber servir o PS e as gentes de Alcácer”. M.R.

## PS/PORTO PROMOVE DEBATE COM MINISTRO DAS FINANÇAS

A REALIZAÇÃO de um debate sobre a “Evolução da situação económica e financeira do país”, com a participação do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, e do ex-eurodeputado Manuel dos Santos, é uma das muitas iniciativas nas mais diversas áreas que o Secretariado do PS/Porto, reunido no dia 10, decidiu levar a cabo nos próximos meses no sentido de “promover o debate político, credibilizar a vida política, defender a qualidade da democracia e corresponder à afirmação dos interesses do distrito e do Norte”.



Assim, a Federação do Porto decidiu também promover, em colaboração com a Fundação Res Publica, mais dois cursos sobre formação autárquica e organizar, durante Maio e Junho, um “ciclo de conferências Mário Cal Brandão”, com o objectivo de homenagear este ilustre cidadão e socialista e assinalar o centenário da República. “Da implantação da República à Democracia”, com Mário Soares, “O ideal republicano – cem anos depois”, com Artur Santos Silva, e “O Estado e as confissões religiosas”, com António Reis, são as conferências agendadas.

O PS/Porto vai ainda realizar uma convenção autárquica distrital sob o lema “Regionalizar, descentralizar, desconcentrar”, com o objectivo de fomentar a discussão sobre a nova geração de políticas autárquicas. Esta Convenção terá lugar do final de Maio, em Gondomar, dentro da lógica de descentralização que tem norteado a actividade política da Federação socialista do Porto.

Num comunicado, o PS/Porto refere ainda que uma das principais apostas será a Universidade de Verão a realizar no início de Junho, no concelho de Santo Tirso, que terá como tema central “A Economia social na construção de uma globalização justa”. Assim, pretende-se abordar questões como “Políticas sociais num mundo global”, “A gestão das organizações de economia social e as novas tecnologias e informação e comunicação”, “Poder central, regional e local, a economia social e o empreendedorismo” e “O cooperativismo na resposta ao desafio de um desenvolvimento sustentável”. Nesta iniciativa pretende-se envolver personalidades independentes, universidades e instituições ligadas à economia social. J. C. C. B.

## OPINIÃO

ASCENSO SIMÕES  
Secretário nacional

## OS PARTIDOS E AS REDES SOCIAIS

AS CAMPANHAS tradicionais já tiveram melhores dias. Cartazes, brindes e muitos documentos em papel são, cada vez menos, o meio de fazer chegar a mensagem ou de conquistar um eleitor. Os comícios também já não são o que eram, tempos de esclarecimento eleitoral, e passaram a ocupar o espaço composto, para uma boa imagem de televisão ou um bom conteúdo, destinado a outros suportes insertos nas redes globais.

Os partidos ainda não se adaptaram a este novo tempo, continuando a cumprir os métodos tradicionais e iniciando, em simultâneo, os primeiros passos nestas novas realidades de comunicação. Por isso, as campanhas são mais caras do que deviam.

A campanha de Obama foi o primeiro grande momento de utilização das redes sociais como espaço central de conquista de apoios, de campanha e de captação de votos. Nenhuma das redes existentes, Facebook, Hi5, Twitter, que nós vamos aprendendo a conhecer, deixou de ter um cuidado especial, com trabalho dedicado para cada um destes instrumentos e que permitiu a captação de públicos que há muito se tinham afastado da política.

A campanha terminada não fez encerrar os meios que haviam sido criados para a contenda pré-eleitoral e os serviços da Casa Branca continuaram e continuam, a utilizá-los com mestria e sucesso.

Na sua última campanha eleitoral, os socialistas do PSOE, criaram novos suportes que permitiram a interactividade e possibilitaram que conteúdos pudessem ser descarregados, permitindo, aos simpatizantes, aos órgãos de comunicação e aos blogues, a sua utilização sem limitações. Nos dias de hoje, o Palácio da Moncloa tem uma ligação diária e profissional, que inclui o funcionamento em rede de todos os departamentos ministeriais.

Neste momento acompanhamos duas importantes campanhas eleitorais. A que nos vais dizer se os trabalhistas conseguem continuar no governo depois de uma década conturbada e a que nos dirá quem vai suceder a Lula no Palácio do Planalto.

É importante conhecer o profissionalismo das equipas dos “torries” contratadas junto de entidades e empresas que forneceram serviços à campanha de Obama e constatar que o aparelho do “labour” se mantém arcaico e sem uma linha acção clara. Os blogues tidos por conservadores replicam mensagem no imediato, enquanto os que são identificados como trabalhistas se mostram de difícil leitura na mensagem que importa passar.

Também é interessante verificar que a campanha presidencial de Serra suplanta a de Dilma e que os apoiantes do governador de S. Paulo não deixam de responder a todas as questões que no Twitter e no Face são colocadas. Dilma mantém ferramentas cegas que não permitem a amigabilidade que é essencial em período eleitoral.

Na última campanha eleitoral, o PS deu cartas na utilização das redes sociais e de novos métodos de combate, como a difusão de informação através de públicos-alvo e da massificação por débito informacional através de call-center. No Face, no Twitter, nas linhas web, nos suportes e conteúdos e nos blogues, nada faltou. Acontece que, ao contrário do que aconteceu e acontece com as máquinas de Obama e de Zapatero, as linhas e canais utilizados se ofuscaram. O PS não mantém uma linha de combate nestas ferramentas e o Governo limita-se a uma presença no Twitter com informação irregular da acção governativa.

Até mesmo muitos dos dirigentes do PS, que estavam nas “linhas” quanto investidos em funções de governação, abandonaram o combate que também aqui se faz.

O PS e o Governo não podem abdicar desta preocupação. Descontinuar linhas nas Redes Sociais faz com que os regressos sejam mais difíceis e menos convincentes. É por isso que importa voltar a fazer o que foi feito e com qualidade, na última campanha, no PS e no Governo, porque esta forma de fazer política será central nos próximos combates.

*Na última campanha eleitoral, o PS deu cartas na utilização das redes sociais e de novos métodos de combate, como a difusão de informação através de públicos-alvo e da massificação por débito informacional através de call-center*

## PEC

# Recomendações de Bruxelas responsabilizam todos os partidos



**As recomendações da Comissão Europeia a Portugal sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) responsabilizam a oposição no apoio às medidas previstas pelo Governo, de modo a que “sejam realmente aplicadas”.**

ESTA posição do PS, que foi assumida, no dia 13, pelo coordenador do Grupo Parlamentar para as questões económicas, surge na sequência de uma reacção à notícia do jornal “Público”, segundo a qual a Comissão irá apresentar uma mensagem ao Governo português onde indicará que a redução do défice orçamental para os 3% do PIB até 2013 “poderá exigir esforços adicionais”.

No entanto, logo após a divulgação da notícia, uma fonte comunitária fez questão de referir que a Comissão considera que a estratégia do Governo mostra “um esforço sério”, alertando, no entanto, para a possibilidade de terem de ser tomadas mais medidas para garantir o cumprimento dos objectivos.

Face a esta posição de Bruxelas, Jorge Seguro defendeu que tal “responsabiliza todos os portugueses e todos os partidos no sentido de que as medidas do PEC, que alguns consideraram excessivas, sejam realmente aplicadas”.

Para o deputado do PS, “os partidos da oposição devem entender este sinal concluindo que as medidas previstas no PEC, embora negociadas, precisam do apoio de todos para que o plano possa ser executado”, sublinhando ainda que, para o PS, “isto significa que a oposição deve ter uma atenção muito especial em relação aos sinais” externos.

Questionado sobre as dúvidas levantadas pela Comissão Europeia em relação à capacidade de Portugal atingir as metas de consolidação orça-

mental em 2013, Jorge Seguro afirmou que o PS considera que o PEC apresentado pelo Governo “é suficiente para que Portugal retome o bom caminho que iniciou em 2005”.

O coordenador do Grupo Parlamentar do PS para as questões económicas disse ainda que não lhe parece que as dúvidas da Comissão Europeia sobre o PEC de Portugal “sejam relevantes”, porque, frisou, para o Governo português, “as medidas são suficientes para colocar Portugal no controlo das contas públicas”, nada indicando que sejam necessárias mais medidas. Aliás, adiantou, “estamos convencidos que este PEC vai ser aprovado pela União Europeia”.

Jorge Seguro fez ainda uma referência à forma como a questão do PEC tem sido abordada pelo PSD ao longo das últimas semanas. “É verdade que o PSD falou sobre o PEC na sua campanha interna para a escolha da liderança. Mas, depois, em congresso, o líder eleito não fez qualquer referência ao PEC”, disse.